

Editorial

A *Prim@Facie*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB, vem, no seu quinquagésimo quinto número – quadrimestral nº 1, do ano de 2025 –, propor uma nova série de discussões, reunidas sob o título “Dossiê Direitos Humanos e Justiça Social na Amazônia”.

Os artigos reunidos nesse dossiê revelam múltiplas faces da Amazônia, não como território distante ou mero cenário de discursos globais, mas como espaço vivo de disputas, resistências e invenções jurídicas, sociais e culturais. A trajetória da Defensoria Pública do Amapá evidencia avanços institucionais e dilemas que ainda limitam o pleno acesso à justiça, enquanto o protocolo comunitário se apresenta como ferramenta de autonomia e proteção dos povos tradicionais diante das pressões externas.

A busca por justiça social para a Amazônia brasileira emerge no reconhecimento da pluralidade cultural e das desigualdades estruturais que exigem políticas específicas e sensíveis às realidades locais. Nesse mesmo horizonte, os debates sobre inovação e políticas públicas no acesso à justiça apontam tanto para a urgência da inclusão quanto para os desafios institucionais que persistem.

Questiona-se se a Amazônia fala ou se continua sendo silenciada como pano de fundo da justiça climática, ao passo que a crítica à proteção ambiental colonizada denuncia a necessidade de integrar saberes locais na defesa de um equilíbrio ecológico genuinamente emancipador. A presença dos povos originários na educação superior na fronteira franco-brasileira demonstra conquistas e obstáculos que vão além do acesso, implicando a própria redefinição do papel da universidade na região.

Experiências como o diálogo entre universidade, cárcere e comunidade traduzem, em prática, a potência da reintegração social e do compartilhamento de conhecimento. Já a judicialização do desmatamento revela contradições entre normas e efetividade,

expondo limites de um sistema jurídico ainda distante das urgências ambientais. Por fim, a representação indígena na política desponta como instrumento essencial para a destituição da colonialidade do poder e para a construção de novos paradigmas de governança.

Em conjunto, esses textos instigam o leitor a compreender a Amazônia não como fronteira a ser explorada, mas como centro de irradiação de saberes, práticas e lutas que desafiam estruturas hegemônicas e inspiram novas formas de justiça, sustentabilidade e democracia.

Desejamos uma ótima leitura!

Prof^a. Dr^a. Hirdan Katarina de Medeiros Costa

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas Editor-Chefe

Prof. Dr. Dinaldo Barbosa da Silva Júnior

Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Amapá – Editor Convidado

Prof^a. Dr^a. Amina Welten Guerra

IBMEC-CEDIN - Editora Convidada

Prof. Dr. Rafael da Silva Menezes

PPGDir-UFAM-BRASIL – Editor Convidado

Prof^a. Dr^a. Neida Albornoz Arias

UNISIMON-COLÔMBIA - Editora Convidada



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas

DOI: [10.22478/ufpb.1678-2593.2025v24n55.76309](https://doi.org/10.22478/ufpb.1678-2593.2025v24n55.76309)

Conteúdo sob licença *Creative Commons*: [Attribution-NonCommercial-NoDerivative 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/) (CC BY-NC-ND 4.0)

